



# Anais da Assembléia

N° 98

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE AGOSTO DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 14.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1990

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luciano Pizzatto.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, Lauro Lobo Alcantara, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Vera Agibert (30). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Werner Wanderer, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, José Felinto, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Rafael Greca e Valderi Mendes Vilela (24).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, as qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO N° 2091

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada

da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 278/90, pelo prazo de 05 sessões.

Sala das Sessões, em 23.08.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 101/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no município de Miraselva, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de PRADO FERREIRA.

Começa na nascente do Córrego Floresta, até sua foz no Ribeirão Capim. Sobe pelo Ribeirão Capim até a foz do Córrego Lagoinha, subindo até a nascente da Lagoinha. Daí segue por linha seca até alcançar a cabeceira do Córrego Mita-Cunhã, até desembocar no Ribeirão Vermelho por este acima até a foz do Ribeirão Grande, por este acima até a foz do Córrego Doutor Carlos, por este acima até a sua nascente, daí em linha reta e seca alcança a foz do Córrego Floresta, ponto de partida.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 23.08.90.

(a) HOMERO OGUIDO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 450/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação Nacional Anti-Drogas uma área situada no município de Curitiba, bairro do Bacacheri, com aproximadamente 198.776,00 m<sup>2</sup>, de que trata a Lei n° 8851, de 25 de julho de 1988, publicada no Diário Oficial do Estado n. 2.821, de 26 de julho de 1988.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata este artigo será exclusivamente utilizado na construção de instalações e desenvolvimento de atividades da Associação Nacional Anti-Drogas, para recuperação de drogados, conforme suas finalidades estatutárias, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada outra destinação.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na

data da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 23.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A área que se pretende doar à Associação Nacional Anti-Drogas, no bairro do Bacacheri, nesta cidade de Curitiba, não vem sendo utilizada ou atendendo a qualquer programa de interesse social pelo Estado do Paraná. Inclusive, está incluída dentre os imóveis relacionados para venda, para efeito de Reforma Administrativa.

Por outro lado, a Associação Nacional Anti-Drogas, entidade de caráter jurídico, de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, educacional, cultural e religioso, que desenvolve extraordinário trabalho preventivo e curativo da pessoa drogada, necessita de instalações para a implantação de uma unidade de apoio a essas pessoas, não dispondo de recursos para a aquisição de uma área.

Acreditamos que a destinação da área ociosa em questão àquela entidade, reverteria em benefícios consideravelmente superiores que a venda do imóvel em si, já que inexistente praticamente no nosso Estado um centro de apoio e recuperação do drogado nos moldes em que a Associação Nacional Anti-Drogas, com sede e foro em Curitiba, pretende implantar.

Em se tratando de uma entidade declarada de Utilidade Pública Estadual, com situação legal e financeira plenamente sanadas, além de uma larga folha de serviços prestados ao Paraná, acreditamos que não há qualquer óbice à doação da área para atendimento às atividades preconizadas.

O próprio Estado, através do Poder Executivo, tem realizado doações de bens imóveis a entidades similares, havendo, portanto, o precedente para que, nos moldes da Lei, esta doação também se consuma.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 451/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado, "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de PRADO FERREIRA, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do município de Miraselva, e divisas seguintes:

Começa na nascente do Córrego Floresta até sua foz na Ribeirão Capim. Sobe pelo Ribeirão Capim até a foz do Córrego Lagoinha, subindo até a nascente da Lagoinha. Daí segue por linha seca até alcançar a cabeceira do Córrego Mita-Cunhã, até desembocar no Ribeirão Vermelho, por este acima até a foz do Ribeirão Grande, por este acima até a foz do Córrego Dr. Car-

los, por este acima até a sua nascente, daí em linha reta e seca alcança a foz do Córrego Floresta, ponto de partida.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.08.90.

(a) HOMERO OGUIDO

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PSDB se fará uso de seu horário.

Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Ao longo dos últimos 25 anos, uma das lutas que mobilizou a sociedade brasileira foi objetivando o restabelecimento das conquistas, das prerrogativas do Poder Legislativo.

Conseguimos inicialmente a anistia para apaziguar os ânimos e trazer de volta o Estado de Direito em nosso País. A luta prosseguiu por eleições gerais em todos os níveis, de Vereador a Presidente da República e, finalmente, a Assembléia Nacional Constituinte, onde os representantes do povo puderam levar ao Congresso Nacional as suas propostas e lá escrever uma nova Constituição para o País.

Nesta nova Constituição estabeleceram-se criteriosamente as conquistas do Poder Legislativo. Dentre essas conquistas a participação dos Parlamentares na elaboração do Orçamento Público a nível federal, estadual e municipal.

A Constituição do Estado do Paraná, após a promulgação da Constituição Federal, trouxe para os Deputados Estaduais do nosso Estado a oportunidade de aqui escrever uma nova Constituição e, com ela, não só seguir a linha básica da Constituição Federal, mas sobretudo restabelecer também em nosso Estado a força do Poder Legislativo.

Restabelecidas essas conquistas, chegamos agora à votação de um projeto de suma importância, promulgada pela Constituição dos Deputados paranaenses. Aliás, esta lei de suma importância para moldar e estabelecer conteúdo para o orçamento do Estado não ocorreu no prazo que os próprios Deputados promulgaram de acordo com a Constituição. Mas, o Poder Executivo contribui com a sua parte: encaminhou o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias no dia 11 de abril deste ano. Encaminhado o Projeto original, a Assembléia teria o prazo até o dia 30 de junho de devolver à sanção do Senhor Governador o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Não ocorreu, e nós aguardávamos a decisão a nível

de Congresso Nacional para podermos dar sequência à nossa proposta. E a nível federal, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Nelson Carneiro, resolveu devolver sem nenhuma participação do Poder Legislativo a proposta de lei do Poder Executivo, do Presidente da República. Devolvido, o PDT, o PSDB e demais Parlamentares entraram com um Mandado de Segurança junto ao Supremo Tribunal Federal, pedindo a participação e decisão do Poder Legislativo no encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Poder Judiciário determinou ao Congresso Nacional a votação em período de recesso, restabelecendo a ordem e o estado de direito que o próprio Congresso havia violado naquele momento.

No dia 20 de julho, baseado no encaminhamento das decisões a nível federal, nós demos entrada num requerimento ao Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, alertando para o fato de que o Congresso Nacional havia discutido e decidido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, e o que aqui no Paraná até então não havia ocorrido.

E naquele requerimento nós colocamos ao Senhor Presidente uma preocupação: de que logo a Assembléia do Paraná voltasse do recesso se desse prioridade à Lei de Diretrizes Orçamentárias em virtude do atraso já verificado de acordo com a Constituição.

O Sr. Presidente acatou a nossa proposta e, de imediato, nos indicou como relator da matéria. Convocamos alguns assessores da Assembléia do Paraná na pessoa do Dr. Daros, do Eloy Mezzadri, do Aranha, para podermos estudar, abrir espaço para a participação dos Deputados, para apresentarmos o relatório final sobre a matéria.

Encaminhamos ofício a cada Deputado, estabelecendo prazo para envio das emendas com relação ao projeto de lei do Poder Executivo que havia sido encaminhado no dia 11 de abril deste ano. Com os prazos, recebemos quinze emendas. Das quinze emendas, treze foram aproveitadas, para poder enriquecer o projeto e dar, ao Plenário desta Casa, um embasamento não só técnico, legislativo mas, sobretudo, também político, em virtude do momento em que estamos vivendo.

As modificações que introduzimos alteraram alguns artigos da proposta original do Poder Executivo.

No artigo 1º foi dada nova redação, acrescentando os dispositivos constitucionais que normatizam a Lei de Diretrizes Orçamentárias; ficou mais amplo, ficou mais completo.

O artigo 2º foi introduzido no Substitutivo, inexistia na proposta original. De grande alcance social, originou-se o acolhimento parcial da emenda n. 10 do Depu-

tado José Rogério.

No artigo 3º também há uma inovação, inserida no Substitutivo do Relator. Determina ao Estado a destinação de recursos para dar suprimentos ao artigo 179 da Constituição, especificamente para os programas educacionais.

O artigo 4º teve origem na emenda n. 8, do Deputado Pedro Tonelli. Representava um avanço social e econômico dos mais significativos, não poderia ficar à margem desta lei.

O artigo 6º alterou a redação do artigo 3º da proposta do Governo, mudando a data base para a estimativa de receitas e despesas de maio para julho, visando melhor atualização de valores. E fixa ainda os critérios para a correção destes valores, segundo o IPC fornecido pelo IBGE e também pelo atraso da votação da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O artigo 8º mantém o artigo 13 do projeto original, com redação ampliada e mais completa.

O artigo 9º corresponde ao artigo 18 do projeto original, com redação mais ampla e mais explícita.

O parágrafo único do artigo 10 teve origem no texto da emenda n. 1, de autoria do Deputado Anibal Khury.

O artigo 11 corresponde ao artigo 8º da proposta original, ao qual dada nova redação, inspirada no projeto da LDO Federal e na emenda n. 12 do Deputado José Rogério, ampliando, detalhando e, sobretudo, dando mais conteúdo à proposta original.

O parágrafo 3º do artigo 13 também é inovação. Beneficia o Poder Legislativo. A Assembléia, com esta proposta, tende a viabilizar a implementação da assessoria técnica às comissões, a que se refere o artigo 134, parágrafo 1º, da Constituição Estadual. Ou seja, procura dar força, procura dar consistência a uma assessoria que possa efetivamente contribuir para o melhor andamento dos trabalhos desta Casa.

O parágrafo 4º do artigo 13 cria condições para implantação. Não basta só criar condições de estabelecer uma nova assessoria nos diferentes campos do Poder Legislativo mas, sobretudo, já cria condições e obriga, num prazo determinado, a estar perfeitamente implantada a assessoria técnica da Assembléia Legislativa.

O parágrafo 7º do artigo 13 é originário da emenda n. 03, também de autoria do Deputado Anibal Khury, que versa sobre a construção de rodovias pavimentadas, obrigando a conclusão dos primeiros trechos às sedes dos municípios que ainda não tenham acesso por estrada pavimentada. O parágrafo único do artigo 14 também é inovação. Originou-se da emenda n. 11 do Deputado José Rogério que visa atender sobretudo a proposta do Concitec que é colocar

a vontade da ciência e da tecnologia pelos seus diversos profissionais dentro da proposta de diretrizes orçamentárias. O artigo 14 corresponde ao artigo 16 do projeto original, ampliando-se a parte final e dando uma redação mais consistente do ponto de vista técnico. O artigo 19 estabelece percentual mínimo de 10% da receita própria para despesa de capital. Por que esta proposta no Relatório do Substitutivo que nós apresentamos? Porque nós não temos no Paraná a participação do Poder Executivo, com recursos da Receita na ampliação na área de investimento. Com isto se pretende dar a nossa contribuição, do Poder Legislativo, para que o Paraná possa, através do Poder Público, destinar no mínimo 10% da Receita do Estado na área de investimento, principalmente no setor privado, com isto dando a nossa vontade, do Poder Legislativo, a nossa contribuição para que a geração de empregos seja efetivamente atendida com a participação de investimento de recurso público. E finalmente a 16.<sup>a</sup> alteração trata do percentual de 5% da comunicação social que foi alterado para 0,05, conforme emenda do Deputado Pedro Tonelli. Esta emenda apresentada ela visa dar a instrumentação necessária para que o custeio da Secretaria de Comunicação Social seja mantido e os recursos nesta área destinados especificamente ao setor de educação. Com isto atende a vontade deste Parlamento e sobretudo aí estabelece as condições de implementação na área social que é efetivamente a contribuição que o Poder Legislativo pode dar neste momento.

Mas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o que causou estranheza, Deputado Pedro Tonelli, o que nos causou estranheza, Deputado Nereu Massignan, é que ontem ao ser apreciado o Substitutivo Geral nesta Casa e aprovado pelos Deputados, nós não vimos na sessão seguinte o Substitutivo ser apreciado por esta Casa, sendo retirado da pauta da Ordem do Dia, por decisão da Mesa, sem estabelecer critérios para votação desta emenda. Primeiro: nos causa estranheza de retirar da pauta uma proposta importante, uma proposta polêmica, segundo a própria Mesa, que deveria estar sendo votada neste esforço concentrado, que foi convocado pela Mesa os diversos Parlamentares, dos diversos Partidos políticos. Com isto nós queríamos dar a nossa contribuição de ver votada a LDO para já com atraso verificado encaminhar ainda no mês de setembro a proposta orçamentária do Poder Executivo, de acordo com a nossa Lei e a partir daí fazer com que pudesse votar, dentro do prazo legal, até 30 de setembro, a proposta orçamentária do Estado do Paraná. Com isso, estamos deixando de dar a nossa contribuição, mais

uma vez, perante a sociedade paranaense.

Mas, uma outra estranheza também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que ontem nós vimos a Bancada do Governo, capitaneada pelo seu Líder, Deputado Caíto Quintana, votar contra a reinclusão na Ordem do Dia da proposta de Lei Orçamentária, quando é o próprio Governo, o próprio Poder Executivo que está cobrando dos Parlamentares a votação, a definição da Lei de Diretrizes Orçamentárias para poder encaminhar a proposta da Lei Orçamentária para 1991. Isto nos causa estranheza porque a Bancada do Governo como um todo votou assim e a própria imprensa colocou que o Deputado Caíto Quintana protestou pela não reinclusão. Quer dizer, a notícia que sai à opinião pública é inverídica, dependendo e precisando, sobretudo, de embasamento verdadeiro, e aqui a Assembléia do Paraná não cumpre com a sua finalidade, com o seu objetivo, e o que é mais grave, não cumpre a própria Constituição do Estado que foi votada, discutida e promulgada pelos Parlamentares deste Estado.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de deixar aqui as nossas palavras, registrar o nosso protesto mais uma vez para que esta Assembléia, amanhã, quando for reconvocada para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nós teremos aqui mais uma vez Poder Executivo acusando os Deputados do Paraná de postergar, de adiar e de contribuir para que o Estado tenha dificuldades na execução de sua proposta orçamentária e sem dúvida alguma, se nós não fizermos isto de pronto não teremos como votar no prazo legal o Orçamento de 91 e a partir de janeiro do ano que vem nós poderemos ter dificuldades no andamento, não só das questões administrativas como políticas, e aí mais uma vez o Poder Legislativo estará desacreditado e sendo cobrado pela população do Paraná. É esta a contribuição que nós queremos deixar aos Senhores Deputados desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Registramos as presenças de Edson Roberto, Vereador; José Souza Rocha, Suplente de Vereador; Aparecido Banqui, Suplente de Vereador; João Paulo Moin, Tesoureiro da CODECAP; Cláudio Bigoski, Presidente do Conselho de Segurança da Localidade de Água Boa, Município de Paçandu.

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legisla-

tiva.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - APOIADO.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Requeiro verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Requeiro chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.)

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - 20 Senhores Deputados estão presente à sessão. Há quórum para prosseguimento da sessão. Não há para votação dos projetos.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 393/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 143/90), que dá nova redação aos artigos 2º e 4º, da Lei nº 9105 de 23 de outubro de 1989 (Remuneração do Servidor Público). Encerrada a discussão. (Publ. no D. A. nº 86, de 06.08.90, Mensagem).

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/90, de autoria da Deputada ARIALBA FREIRE, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar Centros Integrados de Educação Pública, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que cria o Município de ÁGUA BOA, com território desmembrado do Município de Paçandu, com sede e localidade do mesmo nome, com as divisas do Distrito Administrativo criado pela Lei nº 5161/90, de 21 de junho de 1965. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 375/90, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que cria o Município de NOVO SANRAN-

DI, "ad referendum" do resultado do plebiscito, desmembrado do Município de Toledo, com sede na localidade do mesmo nome, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública o CURITIBA WOMAN'S CLUB, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 94/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Laranjeiras do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de RIO BONITO. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 98/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Irati, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de GONÇALVES JÚNIOR. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 99/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Irati, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de GURAMIRIM. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Eu requeiro que a Mesa informe a este Plenário se da Ordem do Dia constou algum Projeto aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Não Senhor. Atendendo apelo do Plenário, não havendo quórum, não haveria condições de se votar nenhum Projeto de Lei.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Nunca esta Assembléia teve uma sessão com o clareamento da palavra, Deputado, mas, de qualquer maneira, democraticamente, mesmo com a sessão encerrada, dou-lhe a questão de ordem.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Agradeço a Vossa Excelência. Eu apenas quero justificar, perante a opinião pública e ao Plenário

rio desta Casa e à Mesa, de que eu pedi a verificação de quórum porque nós estamos em esforço concentrado, numa convocação extraordinária, numa sessão pela manhã, e como não havia quórum, daí a razão do nosso pedido de verificação. Considerando, também, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias não foi incluída na Ordem do Dia de hoje, apesar de ter sido aprovado o requerimento do Deputado Rubens Bueno, de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deveria ser incluída na sessão subsequente. E apesar de ontem este requerimento, votado pela Oposição, rejeitado pela Bancada Governista. Então, que se registre nos Anais de que a LDO não foi votada hoje porque, comandada pelo Deputado Caíto Quintana, a bancada governista mais alguns Deputados da oposição integrados junto com a bancada governista, obstruíram e tentaram de todas as maneiras fazer com que a LDO hoje não fosse votada.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, ontem no encerramento da sessão não foi convocada sessão para hoje à tarde, uma sessão ordinária?

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Não Senhor. A convocação para sessão foi para as 10 horas da manhã.

Próxima sessão, segunda-feira, às 14:30 horas, com a Ordem do Dia já por nós

anunciada.

Nós agradecemos a presença dos esforçados Deputados e, tenho certeza que estarão segunda-feira aqui cumprindo com as suas obrigações perante seus eleitores.

Sobre a mesa, requerimento de n° 2091, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Prejudicado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 393/90.

##### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 156/90, 230/90, 375/90 e 412/90; e dos Projetos de Resolução n.ºs 94/90, 98/90 e 99/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 157/88, 183/90, 213/90, 278/90, 353/90, 401/90, 421/90, 422/90, 427/90, 428/90, 429/90 e 437/90.

Levanta-se a sessão.